



Agradecimentos

Introdução

1. Quem são eles?

2. Uma divisão radical

3. Raízes históricas da desconfiança popular na individualidade

4. A grande transformação

5. Revoluções no campo religioso

6. A intervenção tropicalista como contraponto à divisão radical

7. Capitalismo autoritário, novo individualismo e a superação da
divisão ontológica⁵²

8. A Justiça e seu duplo

9. Anatomia do ódio e o destino da individualidade no Brasil

Conclusões

Referências bibliográficas

Termos sugeridos para busca

Autor

Créditos

*Para Caetano Veloso, Gilberto Gil
e Sueli Carneiro*

Agradecimentos

Agradeço a Miriam Krenzinger, colega, amiga, esposa e companheira de todas as horas, as primeiras e últimas leituras sempre generosas e agudas, que me dão régua e compasso. Graças a ela, à sua lucidez e incansável solidariedade, não desisti deste livro, escrito entre 2012 e 2018.

Sou grato também, por todo apoio, a minha mãe, Marilina Soares, meu pai, Marcello M. Soares (in memoriam), meu irmão e minha cunhada, Marcelo Bento Soares e Martha Costa, e, pela interlocução permanente, a Leandro Saraiva e meus enteados, Natalia e Vicente Guindani. Minha dívida de gratidão se estende às minhas filhas, Bruna e Paula, a Irene, minha sogra persistentemente positiva, e à nossa família gaúcha.

A todos e todas colegas e professores que me ensinaram o pouco que sei, entre os quais Vilma Arêas, Claudia Lemos, Luiz Costa Lima, Silviano Santiago, Otávio Velho, Barbara Musumeci Mourão, Roberto DaMatta, Wanderley Guilherme dos Santos, Cesar Guimarães, José Jorge de Carvalho, Silvia Ramos, Numa Ciro, Leonarda Musumeci, Julita Lemgruber, Dulce Pandolfi, Paulo Henriques Britto, Maria Isabel Mendes de Almeida, Marcos Rolim, José Murilo de Carvalho, Luiz Jorge Werneck Vianna, Flora Süssekind, Helio R. Santos Silva, Rita Segato, Italo Moriconi, Beatriz Resende, Helena Bomeny, Myriam Sepúlveda, Eduardo Viveiros de Castro, Renato Lessa, José Eisenberg, Maria Alice Resende Carvalho, Eugenio Davidovich, Luis Roberto Cardoso de Oliveira, Gustavo Lins Ribeiro, Hermano Vianna, José Miguel Wisnik, Celso Athayde, Preto Zezé, Bruno Torturra, Tomaz Kloetzel, Antonio Carlos Carballo Blanco, Maria Claudia Coelho, David Linger, Jurandir Freire Costa, Renato Janine Ribeiro, João Moreira Salles, João Trajano Sento Sé, José Augusto de Souza Rodrigues, Marcus Vinicius

Faustini, Écio Salles, Julio Ludemir, Heloisa Buarque de Hollanda, Marcus Wagner, Ernesto Neto e, in memoriam, Manoel Maurício de Albuquerque, Roberto Cardoso de Oliveira, Pierre Sanchis, Ricardo Benzaquen de Araújo, Gildo Marçal Brandão e Richard Rorty.

Sou grato a Lúcia Riff, minha agente literária, pela dedicação amável e competência. Agradeço a Paula Lavigne e Flora Gil, Caetano Veloso e Gilberto Gil, pela generosidade pessoal sempre resguardada e inspiração, em meio à entrega incessante ao turbilhão das causas democráticas.

Finalmente, agradeço a meus alunos e a minhas alunas da graduação, do mestrado e do doutorado, da Uerj, da Unicamp e do Iuperj, que também me ensinaram a aprender em meus 42 anos de docência universitária. Aos funcionários e às funcionárias dessas instituições, minha gratidão.

Por ser tão importante o racismo em nosso país, é decisivo o movimento antirracista, especialmente das mulheres negras (oprimidas pela dominação de classe, pela cor e pelo machismo), luta à qual presto minha homenagem, dedicando este livro a Sueli Carneiro, uma de suas principais lideranças intelectuais e políticas.

Introdução

A energia agonística à qual, desde 2013, o sistema político brasileiro conectou-se, mas não canalizou, fortaleceu a bipolaridade, que assumiu a forma “nós” contra “eles”. O que tem estado em jogo desde 2015 é a formação de identidades por negação. Dizendo-o por metáforas: as grandes manifestações de 2013 precipitaram uma energia que não foi processada, incorporada ou metabolizada institucionalmente. Essa energia desprendida pelo deslocamento de placas tectônicas está viva entre nós, em nós — ela não se exaure —, e vibra sob o modo da intensidade, nos predispondo ao protagonismo criativo e ao ódio reativo. Em outras palavras, o real dá choque, imanta a política e sacode o país. Nada de berço esplêndido, portanto. Para o bem e para o mal, estamos vivendo sob o signo da intensidade.

Quando Lula foi preso, em 2018, abrindo caminho para o triunfo eleitoral de Bolsonaro, as identidades carregadas de ódio, embora ainda formadas sobretudo por negação, adquiriram conteúdo mais denso. O país mudou: desfez-se o consenso em torno do pacto constitucional, de natureza social-democrata, distintamente interpretado pela centro-direita e pela centro-esquerda de acordo com as conjunturas e a correlação de forças. PT e PSDB revezaram-se no poder e impuseram inflexões diversas ao híbrido crescimento-distribuição, privatismo-estatismo, alinhamento-independência internacional. Eram interpretações plausíveis do pacto constitucional. As diferenças eram significativas, mas os vínculos históricos com o contrato político que viabilizou a transição democrática foram preservados. Com o golpe parlamentar do impeachment de Dilma Rousseff, o pacto, que havia sido tensionado nas ruas em 2013, os fios de sua trama legal-institucional esticados à direita e à esquerda, foi finalmente rompido, abrindo-se espaço para a emergência de

novos atores já sem nenhum compromisso com a história da reconstrução do Estado de direito. Nas eleições de 2018, afirmou-se uma direita radical que se contrapõe aos liberais e às esquerdas não só em matéria de prioridades, políticas públicas e métodos, mas também no plano ideológico — embora suponha que seus valores e crenças sejam meros reflexos de uma verdade metafísica, cabendo o adjetivo ideológico apenas às crenças e aos valores dos outros, seus inimigos.

Como chegamos à situação em que nos encontramos? O que, de fato, significa o processo que nos trouxe até aqui? Quais seus pressupostos históricos e estruturais? O que fazer com a energia agonística, suas potencialidades e seus riscos? De que modo essa radicalização se relaciona com o racismo estrutural, radicado na brutalidade extrema da escravidão, cujos ecos ainda soam no genocídio de jovens negros e de jovens pobres nos territórios vulneráveis? Por que se pode afirmar que, no Brasil, o racismo é o molde no qual a sociedade experimenta as desigualdades — e não o contrário? De que modo o ódio, ar que respiramos no Brasil contemporâneo, se vincula às desigualdades abissais? Por que no centro de nossos dilemas está a problemática da individualidade? Por que o tropicalismo foi, e continua a ser, tão importante? O que, nesse contexto, nos ensina o xamanismo? Por que a política de identidades e o feminismo, em particular, são muito mais do que a defesa dos direitos à igualdade de grupos alheios aos valores universais e às grandes lutas sociais? Por que a grande migração foi decisiva e seus efeitos não devem ser subestimados? Que sinais promissores podem ser percebidos nas mudanças em curso no campo religioso, a despeito de tantos aspectos negativos? Como o capitalismo, gestando mais uma de suas contradições, prepara o caminho para sua superação, quando o individualismo, filho do mercado, se desenvolve, quebra o espelho e se converte em seu avesso, reunindo processos de subjetivação marcados pela busca de autonomia e a revalorização da igualdade e da fraternidade? Por que se tornou estratégico para a política regressiva e os movimentos obscurantistas reagir à dinâmica libertária que dissocia gênero,

corpo e sexo? Por que a extrema direita está certa, de seu ponto de vista, quando focaliza essas questões?

O Brasil e seu duplo enfrenta essas perguntas e oferece algumas respostas ou, pelo menos, pistas para respostas, as quais agora deixam de ser autorais e se oferecem à reflexão crítica dos leitores e das leitoras, e ao debate público. Eis, em síntese, como os argumentos foram articulados.

A categoria “eles”, apresentada no primeiro capítulo, assinala alguns efeitos na cultura política das desigualdades e do racismo estruturais, ecos da escravidão em pleno século XX e já agora no século XXI, consequências e pressupostos da expansão predatória do capitalismo autoritário entre nós. Estão em jogo o esmaecimento da relação “eu-tu”, a neutralização do “nós” e a alienação, despolitizante, da agência humana. O protagonismo é literalmente terceirizado.

As manifestações de 2013, examinadas nesse mesmo capítulo, são compreendidas como uma inflexão que aponta para a tessitura de uma nova sociabilidade, adensando vínculos cujo enredamento constituiria um novo “nós” cidadão, redefinindo a relação da sociedade com o Estado. Por outro lado, as reações aos rolezinhos mostram que não seria fácil para a sociedade brasileira assimilar esse avanço republicano e democrático, e que o legado de 2013 se tornaria bem mais complexo, contraditório e multifacetado.

A expressão “dualidade ontológica”, trabalhada no segundo capítulo, nomeia a violência extrema perpetrada contra os escravos e as escravas, inscrevendo o racismo na vida social sob a forma de exploração e separação radicais. Nesse capítulo, destaca-se a face obscura e aniquiladora das relações entre casa-grande e senzala. O terceiro capítulo desdobra esses argumentos e indica as ancoragens históricas, na sequência das iniquidades.

A metáfora geológica “deslocamento de placas tectônicas da sociedade brasileira”, trabalhada no quarto capítulo, designa a escala e os impactos da grande migração, que se deu sobretudo entre meados dos anos 1950 e começo dos anos 1980. Mesmo sendo uma temática amplamente conhecida e estudada,

submetê-la a uma releitura inspirada na obra de Tim Ingold permite iluminar ângulos cuja relevância nunca será demais enfatizar.

Nesse contexto de desigualdades com raízes profundas, desconexão com a potência política e abalos sísmicos objetivos e subjetivos, transcorre, desde o início da década de 1990, a revolução religiosa, analisada no quinto capítulo, na qual sobressaem dois fenômenos: o fortalecimento do “nomadismo religioso”, individualizante, e a emergência da teologia da prosperidade, presente em segmentos significativos do mundo evangélico. A hegemonia católica está francamente ameaçada e as implicações políticas desafiam os observadores e o conjunto da cidadania.

A intenção matricial dessa reflexão é dupla: (1) sugerir a hipótese interpretativa de que essas experiências coletivas, migração e revolução religiosa, estão intimamente relacionadas, ainda que de modo não causal, formando um fenômeno complexo atravessado por contradições; (2) argumentar que o movimento tropicalista, conforme exposto no sexto capítulo, de Hélio Oiticica a Caetano Veloso, de Oswald de Andrade a Gilberto Gil, produziu uma via de abordagem original e reveladora das principais contradições nacionais e exercitou, estética e culturalmente, sua transmutação. Após a análise do deslocamento do “eles” para o “nós”, com a retomada da participação política, a interpretação do tropicalismo enseja a compreensão do diálogo de tipo “eu-tu” em nossa sociedade.

No sétimo capítulo, introduz-se a reflexão sobre o capitalismo autoritário brasileiro e a dinâmica contraditória que radicaliza o processo de individualização, gestando, potencialmente, o avesso do individualismo e apontando para um horizonte pós-capitalista.

A individualidade como categoria, experiência e valor não nasceu com a humanidade. Tanto quanto as visões de mundo, as instituições e a organização social, a individualidade foi longa e lentamente produzida. Nem sempre na mesma direção, nem sempre em progressão evolutiva. Ideias novas, ações exemplares

logo copiadas, soluções engenhosas para conflitos entre projetos de poder, novas emoções que renovados contextos históricos tornaram possíveis, muitos percalços, inúmeras invenções bastante criativas na teologia, na filosofia política e nas artes, na economia e nas artimanhas do poder político: tudo isso serviu para engendrar o indivíduo como um modo de pensar, agir e sentir dos membros da sociedade, isto é, como um dispositivo de subjetivação personalizado. O desenvolvimento do capitalismo fortaleceu a dinâmica individualizante. A “sociedade de mercado” estimulou o individualismo, entendido como egoísmo interesseiro, mas está desencadeando, eis a hipótese, contraditoriamente, um processo que pode escapar ao controle do capital e inaugurar ou aprofundar uma refundação do individualismo, em clave criativa, insurreta e solidária. No Brasil, esse processo complexo e contraditório é particularmente rico, sobretudo quando se considera a multiplicidade de experimentos da individualidade, entre os quais, e com destaque, a construção de si do xamã.

No oitavo capítulo, a Justiça brasileira e suas contradições são examinadas à luz da Constituição democrática e republicana, e à sombra do capitalismo autoritário, que insiste em transformar o regime dos direitos na selva das violações. O caso Lula permite que se acompanhe os descaminhos da legalidade até seu avesso.

O nono capítulo, “Anatomia do ódio e o destino da individualidade no Brasil”, assim como as breves conclusões (décimo capítulo), têm por objeto a crise da sociabilidade política pós-2013, interpretada à luz da identificação de potencialidades transformadoras e à sombra de obstáculos regressivos, levando-se em consideração as análises anteriores.

Outra forma de apresentar o livro é seguir os pronomes. O percurso reflexivo inicia avaliando o papel alienante que o pronome “eles” cumpre em nossa cultura política; e a tentativa de tecer o “nós” cidadão nas grandes manifestações de 2013. Na sequência, examina-se a performance de jovens pobres e, em geral, negros nos rolezinhos, que reconfiguravam simbolicamente, ainda em 2013, a geopolítica urbana, marcada

pela separação e estigmatização dos territórios vulneráveis, onde vivem os “matáveis”, os “não indivíduos”. Essa saudável perturbação da velha ordem, herdeira da escravidão, foi confrontada pela reação violenta do linchamento, que reafirma o afastamento racista e reterritorializa o nomadismo performático subversivo. Nos capítulos 2 e 3, aborda-se a impossibilidade da relação eu-tu, em função da brutalidade escravista, seguida da manutenção de desigualdades abissais e do racismo estrutural. Na sequência, são propostas algumas reflexões sobre dois importantes fenômenos nacionais: a grande migração interna (no capítulo 4), na qual se vivencia a dilaceração do “eu” e do “nós” comunitário, personagens do mundo agrário tradicional; e a revolução religiosa (no capítulo 5), que inaugura novas divisões entre “nós” e “eles”, os quais adquirem novos sentidos no âmbito das relações emergentes com o grande Outro, “Ele”, a divindade. No sexto capítulo, mostramos como o tropicalismo religa os apartados, ensaiando um revolucionário diálogo eu-tu. No capítulo 7, chegamos ao “eu” que vem sendo gestado pelas contradições do capitalismo nas sociedades modernas, particularmente no Brasil, a despeito de sua característica autoritária. Mesmo aí, verifica-se a expansão da individualidade como categoria, valor e experiência. A individualidade radicaliza a dinâmica econômica e social que alimenta o individualismo e, ao fazê-lo, promove uma inflexão qualitativa, em franca contradição com o capitalismo. O capítulo oitavo trata da metamorfose da Justiça no Brasil, que oscila entre o Estado democrático de direito e a exceção, o arbítrio, espelhando contradições do desenvolvimento capitalista entre nós. As questões pendentes a nos desafiar, no capítulo 9, são o ódio e a intolerância, que saíram do armário desde 2013 para nos assombrar, ou seja, para lançar uma sombra sobre nosso futuro, como se fosse um duplo espectral do país. A bipolaridade política passional constrói uma oposição neutralizadora de diferenças no interior de cada bloco, uma vez que cada um existe apenas negativamente, quer dizer, por não ser o Outro, por odiar o Outro. Impõe-se um regime do tipo “nós” versus “eles”, que

obsta o desenvolvimento da individualidade. A polaridade consiste no inverso da relação eu-tu.

Resta a questão, evocada nas conclusões: de que forma a travessia pelos pronomes pode nos ajudar a encontrar novos caminhos, mais democráticos e mais justos, liquidando o racismo de uma vez por todas, enfrentando para valer e irreversivelmente as desigualdades, e superando tanto as polaridades artificiais quanto as que ganharam conteúdo ideológico obscurantista com o avanço da ultradireita?

Eis aí as duas formas de introduzir *O Brasil e seu duplo*, que busca flagrar nossa experiência espelhada e cindida, em busca de pistas para o diálogo e a mudança.

1. Quem são *eles*?

O discurso da vítima impotente faz o jogo do patrimonialismo autoritário e esvazia a individualidade

Uma categoria-chave para a cultura política brasileira é o pronome da terceira pessoa do plural “eles”.^[1] Por seu intermédio, os brasileiros referem-se à fonte da responsabilidade por ações e decisões que escapam a seu controle e ao de seus interlocutores. Em geral, ainda que não necessariamente, o pronome empregado como categoria comporta uma carga de juízo negativo ou, no mínimo, ambíguo. Há também, associado ao vago e genérico “eles”, uma alusão indireta ao poder ou à superioridade dos agentes evocados pelo pronome na terceira pessoa do plural. “Eles” são poderosos, decidem, omitem-se, fazem e desfazem, afetando a vida coletiva, inclusive e especialmente (pois é este o foco) a experiência imediata dos interlocutores, para o bem e para o mal. Com mais frequência para o mal, é o que parecem sussurrar as vozes do cotidiano. “Eles” costumam ser vistos como os que roubam, desrespeitam o patrimônio público e o “povo”.

“Eles” são as elites em um sentido bastante amplo: sobretudo governantes e políticos, mas também, em alguns momentos, líderes sindicais ou de certos movimentos sociais cujas manifestações ruidosas atrapalham a fluência do cotidiano. Por exemplo, durante uma greve que paralisa serviços públicos, o pronome pode ser usado pejorativamente contra os agentes da greve, como suporte de acusações. No entanto, as elites aludidas apenas o são — salvo exceções — se estiverem envolvidas em mediações políticas, com responsabilidades públicas. Uma

exceção importante são os cientistas ou técnicos, cujo saber promove mudanças ou engendra tecnologias que afetam a vida coletiva. Nesse caso, o valor tende a ser positivo, ainda que certa margem de ambivalência perdure. Uma ilustração típica: “Vamos ver se antes do final do século ‘eles’ descobrem a cura do câncer”. Um bom exemplo relativo à necessidade da mediação política (em sentido amplo) seria o seguinte: não se diria que as ruas da cidade estão imundas porque “eles” não têm a menor consideração pelo que é comum e coletivo, e jogam lixo, sem nenhum constrangimento, pela janela de seus automóveis importados. Isso não se diria. O objeto de tal consideração não seria o pronome pessoal na terceira pessoa do plural. Dir-se-ia algo como: “As pessoas não respeitam o que é comum, só querem saber de si próprias”. Mesmo os ricos. “As pessoas”, nesse caso, é a expressão pertinente, não o “eles”. Mas certamente se diria que “a iluminação da rua está queimada há muito tempo e ‘eles’ não querem saber, não tomam nenhuma providência”. Ou: “Vamos ver se ‘eles’ fazem alguma coisa”.

Portanto, o “eles” surge quase sempre no lugar de sujeito de decisões e processos superiores à esfera de controle dos cidadãos comuns, decisões e processos que ultrapassam o domínio privado de suas vidas, diretamente, e não por efeito indireto de suas ações — como seria o caso daqueles que jogam lixo pela janela do carro, sujando a cidade, pois a intenção subjacente a esses atos não é sujar as ruas, mas limpar o carro ou livrar-se do lixo, o que autoriza a definir como indireto o efeito produzido (indireto no que diz respeito às motivações). As ruas, as praças e os terrenos públicos não são vistos como de todos, mas, ao contrário, como terra de ninguém, adequada, portanto, para o lixo.

O pronome pessoal na terceira pessoa do plural transforma-se em categoria cultural quando se afirma como chave de um discurso que apresenta poucas variações: “eles” têm o poder, representam esses personagens fantásticos e fantasmáticos que são “o Estado”, “os políticos”, “os agitadores ideológicos” e, eventualmente, “os homens do dinheiro”, frente aos quais o

locutor e seus interlocutores sentem-se desamparados, alheios, estranhos, irrelevantes, externos à esfera de consideração, impotentes, enganados e desrespeitados.

Variações usuais reiteram a estrutura simbólica matricial, mas deslocam o conteúdo particular que, sempre de modo impreciso e difuso, preenche o lugar circunscrito ou aludido por “eles”. Refiro-me a conjuntos de indivíduos cuja marca distintiva é novamente o poder, ainda que em contextos mais reduzidos e específicos do que a Nação, o Estado etc. Um bom exemplo seriam médicos em um hospital ou seu staff, aos quais seriam atribuídas informações, decisões, práticas e procedimentos, regulamentações e comandos que determinariam a ordem em que se descobrem imersos e da qual se veem dependentes, direta ou indiretamente, o locutor, os interlocutores, o paciente: “Ainda é cedo para saber o que ‘eles’ vão fazer com fulano”. Qualquer grande instituição, como penitenciárias, escolas, o Judiciário, ou algum poderoso núcleo de empreendimento comercial, como os supermercados, qualquer uma dessas agências pode corresponder ao plural vago, mas poderoso, superior ao controle do sujeito e indiferente a suas opiniões e vontades, cujos efeitos em sua vida ultrapassam a esfera de suas decisões privadas e cuja importância para a vida coletiva equivale à sua maligna (ou, no mínimo, ambivalente) autonomia, a outra face do poder.

Insisto no caráter vago, difuso, incerto e impreciso de “eles”, assim como em seu valor ambíguo, para enfatizar o tipo de movimento discursivo e performativo que tenho examinado (saliente-se essa segunda qualidade do gesto, pois a performatividade produz a referência fluida a que alude muito mais do que representa com imprecisão uma realidade social substantiva, anterior ao emprego da categoria/ostensão “eles”). O gesto discursivo/performativo que se realiza via enunciação, com os sentidos mencionados, do pronome na terceira pessoa do plural facilita a disseminação de teorias conspiratórias. A prática popular brasileira, este esporte tão comum que consiste no arremesso de “eles” para dar inteligibilidade à vida coletiva (e

para manter à margem outros sentidos possíveis), surge, aqui e ali, aclimatada, servindo às paranoias pseudopolitizadas de plantão. Entretanto, esse não é o padrão mais comum, ainda que a questão da paranoia, digamos assim, com toda a cautela, seja pertinente e não deva ser subestimada na consideração do emprego da categoria “eles”.

Os sentimentos associados à categoria “eles” quando consideramos sua utilização dominante, não as aplicações deslocadas ou localizadas, são os seguintes: repulsa, ressentimento e culpabilização genérica e inclusiva, isto é, que tende a contagiar todos os atores de algum modo ligados a posições de poder, produzindo muito frequentemente um discurso cínico, cheio de ódio e escárnio, tão negativo e cáustico que termina por se voltar contra si mesmo, inclusive contra o próprio locutor, que se desqualifica como sujeito moral, cidadão responsável ou ator político. Esvazia-se, assim, sua experiência da individualidade, já conspurcada como categoria universal e valor, uma vez que na gramática regida por “eles” reina a desigualdade, afirma-se a impotência, aliena-se o protagonismo, neutraliza-se a cidadania, inviabiliza-se a cultura cívica democrática e o regime dialógico de relacionamento com o Outro, o qual corresponderia a um padrão interativo do tipo eu-tu, intrinsecamente refratário à violência. Onde o pronome “eles” institui-se como linguagem acusatória frequente, é provável que a violência — como opção prática e método de resolução de conflitos — não encontre diques intransponíveis.

Eventualmente, como acontece em um plano econômico bem-sucedido, “eles” acertam. Nesses casos, a aprovação popular combina-se ao sentimento difuso de alheamento, estranhamento, provocando um misto de suspeita, desconfiança e tímido reconhecimento de que “alguém” está dando um jeito, pondo ordem na bagunça, impondo freios à predação generalizada. Portanto, não foram “eles” que se redimiram e se converteram à prática do bem público, ou que passaram a demonstrar competência e responsabilidade cívica e política. “Eles” não se redimem. Por definição, “eles” não se aliam a

“nós”, não complementam e reconhecem, em uma reciprocidade positiva, o “nós” que inclui o enunciador da categoria “eles” e seus interlocutores. “Nós” que, entretanto e significativamente, nunca é pronunciado, o que sugere a hipótese de que nenhuma identidade se constrói por oposição a um plural tão difuso e pervasivo em um contexto como a cultura política brasileira contemporânea. Quando o mundo político parece funcionar de modo benigno, é porque alguém especial, destacado por uma posição-chave de poder, um presidente da República, por exemplo, foi capaz de cumprir a missão heroica de afastar-se da massa amorfa que compõe o plural subsumido por “eles”. O indivíduo admirado, o presidente, heroicamente resistiu à pressão que “eles” continuarão a exercer. Nesse caso, um curto-circuito instala-se, gerando o que, na ciência política, tem o nome de relação plebiscitária: uma relação direta, viabilizada pela mídia, entre o chefe do Executivo e a opinião pública, da qual se excluem as instituições políticas e as mediações determinadas pelos mecanismos da representação, assim como todas as formas de organização de interesses ou de identidades coletivas que recortam a sociedade. Eis as condições para o êxito do populismo.

Em outras palavras, uma cultura política polarizada pela categoria “eles” produz duas disposições gerais básicas: a adesão plebiscitária ao centro do poder individualizado e, em certo sentido, despolitizado (pelo menos fortemente despartidarizado), ou a repulsa difusa, vaga, metonimicamente contagiante do mundo político e da vida pública, repulsa promotora de três sentimentos e percepções matriciais: revolta, autodepreciação ou afirmação cínica de impotência, e o reconhecimento tácito de que esse é o estado natural das coisas no Brasil, sendo o país essencialmente o que pode ser visto por essa perspectiva sombria. O sentimento ou a percepção autodepreciativa implica a admissão velada da participação do sujeito — isto é, de quem enuncia a categoria “eles” — na natureza corrompida e degradada que corresponderia a uma espécie de essência nacional. Essa é a mediação que estabelece a

passagem metonímica entre o alvo difuso e plural “eles” e o “eu” que fala de “eles” para interlocutores que circunscrevem um “nós” latente, eventual e contingente. “Nós” que se dissolve, portanto, no contexto comum da degradação simbolicamente epidêmica, antes de ter qualquer chance de cristalizar-se em alguma identidade positiva. A vacuidade que a categoria “eles” comporta traz como contrapartida a vacuidade do “nós” e seu caráter gelatinoso — se me é permitida a menção indireta à conhecida qualificação, cunhada por Antonio Gramsci, a propósito de objeto distinto (a sociedade civil em estado rudimentar de organização), mas passível de interessante analogia.

Observe-se que o aplauso plebiscitário ao líder e a repulsa difusa contra “eles” não se excluem. Podem conjugar-se, e frequentemente o fazem. No caso brasileiro, constituem duas faces da mesma moeda. O ceticismo disseminado pela repulsa à política não se desdobra em niilismo, o que impediria qualquer tipo de adesão, crença, aposta positiva ou investimento valorativo em personagens políticos individualizados. Pelo contrário, nosso ceticismo popular vale para o plural difuso e salva individualidades heroicas desde que se afastem de coletividades políticas. A tal ponto é constante essa complementariedade, que por vezes caberia salientar o aspecto fideísta, que estabelece relações positivas e valoriza heroísmos individuais (não só na política, também na música, no esporte, nas artes dramáticas, na mídia etc.) em detrimento de seu avesso sombrio, a repulsa genérica ao plural vago, associado ao poder. A categoria “eles” apareceria, vista por esse ângulo, como a condição de possibilidade dos investimentos plebiscitários, despolitizantes, em personagens públicos individuais. Ambos os lados da moeda são importantes na cultura política popular brasileira.

Por isso enganam-se os que, à esquerda ou à direita, derivam da repulsa popular “aos políticos” qualquer carga positiva. Essa repulsa não conduz a resistências ou mudanças sociais ou políticas. Tampouco pode servir de alimento a qualquer projeto

político democrático, ainda que certamente pudesse servir muito bem a golpes ditatoriais populistas conservadores. Os motivos mostram-se com clareza através do exame da categoria “eles”: o sentimento de revolta, embutido na repulsa difusa e indiferenciada (repulsa que não suporta nem sobrevive à distinção qualificadora entre o joio e o trigo, entre partidos tais e quais, tais e quais mulheres e homens públicos, essa ou aquela atitude etc., com a exceção já sublinhada do indivíduo que se destaca como herói ou reformador competente), emerge simbioticamente amalgamado à afirmação autodepreciativa de impotência e ao reconhecimento cínico da participação no espírito comum que emana da (e concorre para promover a) aniquilação de valores coletivos. Por essa razão, o indivíduo não se sente capaz, não crê em alternativas e desconfia de qualquer agente que se pretenda capaz e que postule, defenda e creia em alternativas viáveis para a solução de problemas específicos — até que, eventualmente, ele ou ela realize o que prometeu e surpreenda de forma positiva as expectativas.

É curioso, e merece destaque, o fato de que o mesmo indivíduo que se faz contagiar pelo cinismo degradante e que recusa a priori o valor do público, do coletivo, do social, do nacional, esse mesmo indivíduo muitas vezes está integrado a instituições, grupos e práticas, religiosas e laicas, que valorizam o coletivo e visam, de modo sério, o bem público. Consequentemente, a análise aqui empreendida não é suficiente para descrever disposições políticas globais e definitivas de atores sociais, seja por sua natureza puramente impressionista, generalizante e livremente hipotético-especulativa, seja por conta da imensa complexidade e da vasta gama de variações que devem ser contempladas no estudo das disposições políticas dos indivíduos e dos grupos sociais, cujos traços pertinentes devem ser examinados sempre em contextos específicos, sociais e históricos, respeitando-se a riqueza contraditória e a multiplicidade dinâmica das diferentes variáveis que se combinam, em cada conjuntura particular, ante cada caso singular. A ambição desta abordagem é bem mais modesta,

apesar de seu vocabulário por vezes generalizante e conclusivo. Infelizmente, ainda são poucos os esforços reflexivos voltados para nossa cultura política, entendida em um sentido antropológico, isto é, como dimensão da cultura brasileira que resulta da projeção de valores e símbolos — não necessariamente políticos em si mesmos — sobre o domínio dos temas públicos. Com grande frequência, cultura política é confundida com opiniões (expressões conscientes e explícitas, colhidas por perguntas diretas) de grupos sociais sobre temas políticos.

É interessante observar que os males públicos implicitamente aludidos através da referência a seus vagos e imprecisos agentes “eles” não se apresentam, de modo geral, nos discursos populares típicos, decompostos em questões específicas que pudessem ser realmente enfrentadas uma a uma, mesmo que a participação exigida por tal enfrentamento tivesse de ser, dada a magnitude de vários problemas, indireta e submetida a diversas mediações. Por definição, o discurso regido pela categoria “eles” não se associa a perguntas como: o que eu ou nós poderíamos fazer para melhorar a iluminação das ruas, a qualidade dos políticos, a confiabilidade da polícia e da Justiça, a saúde pública, a educação básica ou a injustiça social? O discurso polarizado pelo emprego da categoria “eles” abre espaço para perguntas mais óbvias, como: o que “eles” deveriam fazer ou deveriam ter feito em lugar do que fizeram (caso o que tenham feito seja considerado negativo, como quase sempre ocorre)?

Uma característica complementar da categoria “eles”, portanto, a homogeneização generalizante, a indistinção dos problemas e poderes manejados por “eles”, reflete, vale insistir, uma significativa recusa a pensar as questões públicas de modo a que se torne possível seu equacionamento com a participação, ainda que indireta, do próprio sujeito. Tal participação é, a princípio e como que por princípio, descartada pelo próprio sujeito. Essa participação é uma possibilidade cancelada na própria estruturação da matriz discursiva. Tenhamos em mente que essa participação também implicaria alianças e respeito a

mediações, além da valorização de instrumentos de algum modo públicos e políticos. Em síntese, assim como os inimigos são difusos, os problemas também são difusos e o indivíduo — o sujeito do discurso típico — jamais se põe na posição de assumir ou reivindicar para si, em alguma medida, a responsabilidade de resolvê-los. É a própria individualidade que se dissolve. A passividade parece constitutiva dessa ordem discursiva. O embaraço, nesse padrão simbólico, parece psíquico tanto quanto cultural. São, nesse caso pelo menos, indissociáveis essas duas dimensões. Eis uma das razões por que o pragmatismo, por exemplo, soa tão radicalmente antibrasileiro.

Em síntese:

- (a) “eles” reporta-se a um espaço linguístico que se situa além do horizonte da interlocução, fora da esfera das relações sociais;
- (b) sua vacuidade e ausência de substância corresponde a uma ilimitada circulação semântica. Isto é, sua a-historicidade radical e seu formalismo viabilizam sua persistência, independentemente das conjunturas históricas particulares;
- (c) a vacuidade e a indeterminação, lidas em clave sincrônica, remetem à indistinção. Ou seja, a diferenciação é exatamente o outro (negado) da categoria “eles”. Portanto, não basta dizer que a categoria “eles”, por debilidade qualificadora, joga no mesmo saco o joio e o trigo, alhos e bugalhos, honestos e desonestos, sérios e oportunistas, representantes legítimos e aventureiros. Mais que isso: a categoria “eles” define-se pela negação das diferenciações ou da própria distinguibilidade de seus referentes. Essas propriedades da categoria concorrem para sua eficiência como peça estratégica na economia psíquica e moral da cultura política brasileira;
- (d) o recurso retórico reiterado e acusador a “eles” corresponde ao esvaziamento da individualidade do “eu” como categoria universal (que pressupõe a equidade como

princípio axial para a celebração e/ou o reconhecimento do contrato social, enquanto modelo de referência para a definição da legitimidade do poder e da obediência, ou das normas que regem o convívio coletivo, preservando-o da violência, nesse contexto associada à violação de direitos). O esvaziamento da individualidade do “eu” implica a diluição do lugar do Outro como o “tu” inscrito no regime dialógico, indissociável do “eu” da individualidade plena.

Retomo a pergunta já mencionada, mas insuficientemente explorada: diante de “eles”, quem somos “nós”? A que “nós” — por mais vago que seja — opõem-se “eles”? Até que ponto a construção de um personagem plural, difuso, ambíguo, poderoso, perigoso e incontrolável, quase uma versão negativa, laicizada e desencantada de Deus — ou uma alusão a um panteísmo laicizado —, até que ponto esse outro interno à sociedade, ao século, à cultura, à nacionalidade, participa da definição simbólica da identidade popular brasileira, circunscrevendo-a, incluindo-se nela e a complexificando, ou, por contraste diacrítico, opondo-se a ela? Tudo leva a crer que a resposta mais apropriada seja: “nós” apenas faria sentido nesse contexto no papel de vítima ou de objeto da ação maligna do Outro, e raras vezes no papel (complementar ao da vítima, porque igualmente passivo) de beneficiário da boa ação do grande líder individualizado.

Por isso o emprego do “eles” concorre para fortalecer o autoritarismo e para reduzir a disposição participativa da sociedade no espaço público — visto como o lugar dos outros ou de ninguém, nunca “nosso”. “Eles” revoga o “nós” e apassiva o sujeito. O emprego da categoria “eles” sublima a impotência política popular na linguagem acusatória de um ressentimento difuso, em uma economia simbólica cujo eixo de gravidade é a paradoxal “idolatria” do Estado. Outro paradoxo está no fato de que, exprimindo seu descontentamento com a crítica vaga ao difuso “eles”, os segmentos que se sentem ludibriados e explorados só contribuem para a reprodução do status quo, seja

porque a despolitização das acusações as torna inócuas, seja porque do outro lado de “eles” não está um “nós” demarcado e fortalecido pelo tensionamento, mas um espaço gelatinoso e indefinido.

A despeito desse quadro desolador, a cultura política brasileira não se resume à despolitizada enunciação da categoria “eles”. Há uma história afirmativa que aponta em direção oposta. Refletimos sobre “eles” porque a categoria inscreve-se na linhagem da suspeição, em diálogo velado com a monstruosidade da escravidão. Para entender a profundidade da desconfiança (e da conseqüente insegurança) do ponto de vista popular, é necessário ter em mente o autoritarismo que a República não reverteu. Autoritarismo do Estado, manifesto em sua institucionalidade avessa à participação e nas políticas públicas adotadas, e também profundamente enraizado na sociedade brasileira seja pelo racismo, seja pela perpetuação de estruturas sociais e econômicas iníquas. É natural que, do lado das classes subalternas, faltando condições que estimulem a participação política, sobrem desconfiança, insegurança e a vontade de sublimar a própria impotência sob a forma de ressentimento apassivador e vitimização. Contudo, houve ao longo da história e tem sido crescente a participação da sociedade no espaço público brasileiro. Sobretudo, e de forma original, a partir de junho de 2013.

1.1. Depois de junho

Muita coisa muda nas jornadas espontâneas e babélicas de junho de 2013. Enquanto processo, virtualidade, tendência e emergência de novo horizonte prospectivo, muda o essencial: o “nós” substitui o “eles” na cultura política brasileira, na experiência da sociabilidade e na construção dos nexos entre o público e o privado, o individual e o coletivo, a consciência e o valor, a intimidade e a política. Abriu-se aí um portal para outra dimensão da vida cidadã e republicana, mesmo que a fenda tenha

em seguida se fechado antes que dela o país se beneficiasse consistentemente. O fato é que chegamos a tocar o avesso de nossa tradição de impotência e alienação do protagonismo. E isso tem consequências.

Focalizemos uma das mais notáveis manifestações do fenômeno a que nos referimos: os cartazes e a linguagem adotada nas manifestações para converter aglomerações em formas de manifestar-se, fazendo-o a um tempo individual e coletivamente.

Se estivéssemos diante de acontecimentos correntes, ordenados segundo a lógica tradicional, as manifestações se dariam sob a forma de reuniões em ruas e praças, emolduradas e, em certo sentido, explicadas por faixas, as quais exibiriam palavras de ordem, reivindicações ou propostas defendidas pela massa que as empunha. Quão maiores as multidões e as dimensões das faixas — elas devem corresponder à magnitude da massa reunida —, mais suas intenções ressoariam e exerceriam impacto político. Mais chances haveria de que as reivindicações fossem atendidas — ou ao menos ouvidas, consideradas e reconhecidas como aspirações reais — e de que as propostas ingressassem na agenda pública com peso e legitimidade. As faixas são largas e seus dizeres claros, objetivos e sintéticos, porque devem ser vistas e seus conteúdos estão ali registrados com destaque para serem lidos pelo poder público, pelo Estado, pela mídia ou pelos alvos das reivindicações. O interlocutor do discurso coletivo transmitido pelas faixas é o poder político ou econômico, são as instituições, é a opinião pública definida em sua versão genérica e abstrata. O destinatário das grandes faixas e das reivindicações sintéticas é o grande Outro da massa na rua — na maior parte dos casos, o Estado.

Para chegar à faixa, à grande faixa que não deve murmurar, mas gritar, que não deve tergiversar, mas destacar o objetivo, e que precisa se impor à visão do Outro, para alcançar as condições que tornam possível a frase síntese que a maior das faixas ostentará, todo um processo terá sido cumprido. Lutas

políticas entre grupos e subgrupos terão sido enfrentadas em assembleias amplas e comitês fechados, vaidades pessoais terão se chocado, ambições de lideranças serão sacrificadas e outras, consagradas, opiniões divergentes terão sido aparadas, fundidas, adaptadas ou desqualificadas e marginalizadas, votações terão sido vencidas e perdidas, maiorias e minorias jogarão jogos sujos e limpos noite adentro ao longo de semanas ou meses, vozes roucas se confrontarão e celebrarão conquistas quase bélicas. Finalmente, o filtro de emoções, valores, interesses e paixões passará a limpo a pluralidade de frases, palavras, ideologias, propostas, expectativas, emitindo a decisão final, que será espelhada na grande faixa e entoada nos carros de som pelos líderes vitoriosos nas disputas internas. A massa presente dará seu aval ao processo, vendido pelos otimistas como um simulacro da dialética histórica: das contradições fez-se a luz da síntese. Cada assembleia seria uma espécie de dramatização das contradições. A votação produziria a síntese. Essa narrativa despreza acordos de bastidor e manobras nem sempre respeitáveis. Mas nem só de pureza depende a vitalidade democrática, ainda que aquilo que se macule seja a própria participação — o que deveria constituir um desafio reflexivo, ético e político incontornável.

De todo modo, eis a conclusão: a faixa expressa um processo dotado de características bastante específicas, que colocam em questão as relações tensas entre representação e participação. A faixa decorre da busca, ou melhor, da construção da univocidade, uma vez que se supõe que unidade implique intensificação da força, da autoridade e do poder. Cálculo discutível, mas não desprovido de sentido, quando se tem em conta a natureza da interlocução supostamente praticada (ou idealizada), aquela que põe em comunicação (é o que esse regime conceitual-ideológico supõe ou idealiza) a sociedade e o Estado, a massa e o grande Outro — cabendo a mediação às vanguardas, às lideranças, aos representantes de entidades, associações, partidos, instituições.

Em junho de 2013 faltaram as grandes faixas e, por

consequência, os procedimentos-padrão que as tornavam possíveis e necessárias, assim como o sistema imaginado que lhes conferia significado. Nas jornadas de junho, milhares de pessoas levavam consigo para as manifestações seus próprios pequenos cartazes — suas faixas prêt-à-porter, por assim dizer, *individualizadas*. Cartazes de cartolina ou papel, não importava. Escritos à mão. Os dizeres enunciavam sentimentos, propostas, valores, considerações, pequenos jogos de linguagem, ou reivindicavam. Os cartazes eram pequenos, portados individualmente. O Estado não os podia ler, nem a grande mídia. Os olhos da sociedade não eram o alvo daqueles dizeres idiossincráticos e expressivos, nem o grande Outro era o interlocutor visado ou pressuposto. Não havia processos decisórios previamente estabelecidos e ritualmente cumpridos que atribuíssem legitimidade ao que neles se desenhava. A legitimidade não derivava de nenhuma dinâmica política instituída, mas da vontade de um *indivíduo*, de seu desejo de expressar algo — uma angústia, uma crítica, o repúdio —, ou do simples desejo de se expressar. A fonte da legitimidade era questão irrelevante, ou melhor, equivalia à presença e se confundia com a presença de um corpo, uma voz, um espírito patente na potencialidade feita prática de comunicação, convívio, exercício de sociabilidade. O estar ali com os outros bastava. O cartaz enunciava essa crença e aduzia alguma qualificação emocionante e enriquecedora, dos pontos de vista imaginário, moral e intelectual — como o pequeno cartaz que dizia: “É tanta coisa que nem cabe aqui”. Ou seja: *vocês sabem dessas tantas coisas. De resto, estamos aqui juntos e é isso que importa, não é?* Sendo pequenos os cartazes e pequenas as letras em que as palavras estavam escritas, quem os podia ler? Para quem tinham sido feitos? Para o outro com “o” minúsculo, o próximo, o vizinho da caminhada, o parceiro ou a parceira de travessia, quem estivesse ao lado e se dispusesse a olhar, ler e mostrar ao interlocutor o seu próprio cartaz, acrescentando comentários, talvez. O espaço do pequeno cartaz *individualizado* e expressivo é o do diálogo, diálogo do tipo *eu-tu*, que só se

sustenta se os sujeitos supõem-se iguais, enquanto interlocutores, partícipes de um conjunto mais abrangente que os compreende, os inclui. Conjunto de que, em comum, participam, fazem parte. Eis aí a sociedade brasileira exorcizando o “eles” e ensaiando novas possibilidades para a prática do eu-tu, geradora do nó ou do “nós” que faltava para que se completasse a tessitura do social. Não é mais o Estado que forma a sociedade no Brasil. A partir de junho, somos nós, cidadãos. A velha impotência, o ressentimento amargo e venenoso, a rendição ética ante a aparente falta de alternativa, tudo isso começa a ceder lugar a uma extraordinária sensação de que há lugar para a experiência republicana da cidadania, que se realiza como protagonismo e participação — e, sobretudo, corresponsabilização.

Exagero? Generalização? Provavelmente, sim. Mas o que são as ciências sociais senão o esforço de destacar o que talvez não se perceba e, em o fazendo, ajudar a que o fenômeno não só seja percebido como valorizado? E isso acaba contribuindo para que a antecipação de futuros alternativos os realize, de fato, não porque a previsão fosse visionária e certa, mas porque foi formulada e mereceu confiança, passando a frequentar o imaginário coletivo e a agenda política.

Nem tudo foram flores, a violência passou a ser uma linguagem especular (relativamente à brutalidade policial) também de alguns segmentos de manifestantes, que contaram com a lamentável contribuição de infiltrados, cujo interesse era erodir a legitimidade das manifestações, facilitando seu isolamento político e seu esvaziamento. Os espinhos viriam a exibir suas pontas agudas no futuro próximo. Eles provieram do enviesamento daquilo que, na origem, parecia ser apenas saudável pluralismo ideológico e diversidade de pautas. Setores conservadores reaprenderam a ocupar as ruas e a proclamar suas demandas ruidosamente. Aproveitaram a experiência recente das manifestações e, com o apoio e, a seguir, a direção da mídia tradicional, transformaram sua memória em combustível para mobilizações de massa contra a corrupção, bandeira que ocultava

a intenção de estigmatizar o PT, generalizando acusações e lhe atribuindo, de forma injusta, o monopólio dos malfeitos.

Constitui, entretanto, grave equívoco supor que 2013 possa ser avaliado retrospectivamente da perspectiva do ativismo conservador de 2015. Essa visão seria unilateral e subestimaria a pulsão transformadora que vibrou de modo intenso em 2013 e que superou, naquele momento histórico, o viés reacionário típico das camadas médias.

1.2. Nós coisa nenhuma: A demonização do Outro e a geopolítica das cidades

No dia 31 de janeiro de 2014, cerca de trinta rapazes em quinze motos cercaram quatro adolescentes na avenida Rui Barbosa, no bairro carioca do Flamengo, aparentemente sob o pretexto de que pareciam suspeitos. Dois meninos abordados conseguiram fugir. Os outros dois viram uma pistola 9 milímetros com um dos motoqueiros e não correram. Foram espancados. Um deles fugiu. Seu parceiro de infortúnio, um adolescente negro, foi amarrado pelo pescoço a um poste, onde o deixaram nu, sangrando como uma presa abatida. Os justiceiros foram embora. Logo surgiram mais notícias sobre a gangue de motoqueiros. Outros jovens pobres foram surrados e deixados nus sob ameaça de linchamento. Sobreviveram porque conseguiram escapar e acabaram defendidos por populares em um bar de Copacabana. Enquanto batiam em suas vítimas, os motoqueiros as acusavam de terem cometido roubos e outros delitos. A assistente social Yvonne Bezerra de Mello, que chamou os bombeiros para livrar o menino amarrado ao poste no Flamengo, denunciou à polícia, poucos dias depois, que estava sendo ofendida e ameaçada de morte nas redes sociais por “proteger bandido”. Os sinais parecem claros, mesmo que não fossem conscientes. Por que amarrar pelo pescoço a um poste? Por que deixar a vítima nua? Havia mensagens nessas escolhas. E elas só poderiam ser compreendidas no contexto marcado

pelos rolezinhos e pela disseminação do ódio.

Os quase linchamentos não foram casos isolados. Todo ano há linchamentos no Brasil. A novidade estava no cruzamento entre o espaço e o tempo em que ocorreram esses episódios: na zona sul do Rio de Janeiro, área afluyente da cidade, no auge da febre dos rolezinhos.

Encontros de jovens da periferia de São Paulo em postos de gasolina, de madrugada, nos fins de semana, ou em estacionamento de supermercados, já ocorriam havia algum tempo. Eram os “gritos por lazer”, como diziam os participantes, ávidos pelo divertimento tão escasso em zonas áridas, desprovidas de programas acessíveis e atraentes. Mas em 8 de dezembro de 2013 a turma inovou: cerca de 6 mil jovens reuniram-se no Shopping Metrô Itaquera. Segundo membros ativos do grupo, foram dar um rolezinho naquele espaço de lazer e consumo da classe média. Houve tumulto, o shopping fechou uma hora e meia mais cedo, clientes e lojistas temeram violência, alguns relataram furtos, mas a administração negou que tivesse havido delitos, muito menos o alegado arrastão. O medo atrapalhou o passeio das famílias e a rotina do estabelecimento, mas nada relevante foi reportado à autoridade policial.^[2] A situação era esdrúxula, porque, a rigor, não havia nada de errado e, portanto, nada a fazer para impedir que jovens pobres ocupassem espaços na cidade que também lhes pertenciam, ainda que não costumassem frequentá-los. Em certo sentido, sem que houvesse uma norma explícita que vetasse sua presença, aquela nova experiência trazia à tona barreiras imaginárias. A visita inesperada causava incômodo. Os dois lados percebiam a sutileza do que estava acontecendo. Sim, os eventos eram grandiosos, faziam muito barulho, mas o gesto que mudava as peças no tabuleiro era sutil e tocava cordas delicadas da sensibilidade nacional. Os meninos compreenderam que as ocupações se tornariam atos políticos: era como se reafirmassem seus direitos sobre os espaços públicos, dos quais os pobres e negros sempre estiveram excluídos no Brasil, a menos que pela riqueza suplantassem as fronteiras da cor. Foi assim que os